



CONGRESSO NACIONAL

Senado Federal
Subscrevendo de Apoio às Comissões Mistas
Receber em 4/6/12 às 16:28
Despacho nº 11577

MPV 571

00004

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 4/6/2012	proposição MP 571, DE 2012
------------------	-------------------------------

Deputado Ivan Valente / PSOL-SP	autor	nº do prontuário 559
------------------------------------	-------	-------------------------

<input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> 2. Substitutiva	<input type="checkbox"/> 3. Modificativa	<input type="checkbox"/> 4. Aditiva	<input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo:	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se o capítulo III-A da Lei nº 12.651, de 2012, constante no artigo 1º da Medida Provisória nº 571, de 2012.

JUSTIFICAÇÃO

O detalhamento dos licenciamentos ambientais, referentes às atividades de carcinicultura e salinas, previsto no capítulo III-A, não consta no texto da Lei nº 12.651, de 2012. Incluir um dispositivo com enorme impacto no Meio Ambiente por uma Medida Provisória, sem um debate nas Comissões Temáticas, não se ancora na boa prática legislativa.

Ademais, os parâmetros de 10% na Amazônia e 35% nos demais biomas não apresentam embasamento técnico, razão pela qual não deve conter no texto. Necessário que haja um estudo aprofundado que aponte um percentual adequado.

Além disso, a carcinicultura em apicuns e salgados seriam responsáveis por inúmeros impactos ambientais sobre os manguezais, causando desmatamento e bloqueio dos fluxos das águas para essa zona, além da contaminação do lençol freático das áreas onde se realiza o cultivo, matando peixes e caranguejos, além de inutilizar a água para o consumo humano.

Os benefícios de proteção ao manguezal previstos no artigo 4º, inciso VII devem ser estendidos aos apicuns e salgados, que passariam a ser considerados como APPs.

PARLAMENTAR

DEPUTADO IVAN VALENTE

